

O EXÍLIO PORTUGUÊS EM ESPANHA: ENTRE SOLIDARIEDADE E REPRESSÃO (1927-1936)

CRISTINA CLÍMACO

Universidade de Paris 8, Laboratoire d'Études Romanes

O recurso à Espanha, por parte do exílio português, enquanto espaço estratégico no qual se saram as feridas e se preparam novas investidas, é uma constante da história nacional portuguesa, em particular no século XX. Sem menosprezar a relevância do exílio monárquico na Galiza¹³, quer em termos de fluxos quer de impacto na esfera política e no quotidiano da população do Norte do país, o nosso artigo centrar-se-á nos exilados republicanos¹⁴ que a partir de Fevereiro de 1927 atravessam a fronteira para fugir à repressão exercida pelo regime dictatorial, saído do movimento militar de 28 de Maio de 1926. Ainda que se trate de um exílio de elites (militares, intelectuais e do aparelho administrativo) no que à corrente republicana diz respeito, os escalões intermédios e a base de quem procura refúgio em Espanha cruzam-se com a emigração económica que desde o final da I Guerra Mundial vinha engrossando significativamente, a ponto de, em 1920, ultrapassar a colónia francesa e se tornar no grupo nacional mais numeroso¹⁵.

¹³ Abordado por Alfredo Comesaña Paz, “Dios, patria, rey y... contrabando. Tras las huellas del exilio monárquico portugués en España después de la derrota de la monarquía del Norte (1919)”, *Espacio, tiempo y forma*, série V, *Historia Contemporánea*, t. 5, 2013, p. 239-277.

¹⁴ Se bem que para o período em apreço, o exílio não se limite à corrente republicana, uma cronologia diferenciada e lógicas próprias à oposição anarquista e comunista levariam a uma análise demasiado compartimentada das redes de apoio e solidariedade. O exílio anarquista toma corpo verdadeiramente apenas no início dos anos 30 e move-se noutra tipo de círculos. No entanto, as correntes não são impermeáveis, mantendo contactos e agindo em comum, de que é exemplo o Comité Republicano Revolucionário de Sevilha, onde pontificam os republicanos Gonçalo Monteiro Filipe, Correia Monteiro, Fidelino Costa e o anarquista José Maria de Almeida Júnior, com ligação aos meios da emigração económica.

¹⁵ Segundo os Censos da População de 1930, residiam em Espanha 25.445 portugueses (14.794 homens e 10.651 mulheres), com a maior concentração a localizar-se nas províncias fronteiriças de Huelva (7.728), Orense (4.382), Pontevedra (3.726) e Badajoz (2.222). Números que dadas as características desta emigração, nomeadamente a clandestinidade e sazonalidade, devem ser considerados como um limiar mínimo.

A presença de exilados e emigrados, os ritmos da sua permanência em Espanha, sobretudo na zona raiana, resultam tanto de impulsos como de condicionantes exteriores ao grupo, em que o evoluir do contexto socio-político espanhol determina a natureza das relações estabelecidas com as populações locais e os meios de acolhimento e de apoio, num jogo de escalas entre centro/periferia, nacional/local, nacional/supranacional. Apesar de uma cronologia diferenciada e de lógicas próprias, o exílio e a emigração inscrevem-se na paisagem local enquanto actores de uma história nutrida de relações ambivalentes, nas quais contencioso e colaboração¹⁶ calcorreiam, de modo simultâneo ou alternado, os trilhos da história da raia, servindo igualmente de instrumento de medição das relações diplomáticas luso-espanholas¹⁷. É também no exterior das fronteiras, através da luta de influência e da propaganda, que as representações consulares do Estado português tentem conter os opositores, com a especificidade de, na raia, a intensidade da luta política se encontrar ampliada pelo afastamento geográfico dos centros de poder. São essas relações que pretendemos analisar através da dupla lente das redes de sociabilidade e da repressão a partir da perspectiva da história do exílio¹⁸.

O exílio de 1927: redes familiares e solidariedades transfronteiriças

Uma vez perdida a esperança no sucesso da revolta de 3-7 de Fevereiro, a rendição das forças insurrectas no Porto é negociada por Jaime de Morais, chefe revolucionário do movimento, de modo a facilitar a fuga do maior número possível de combatentes e a continuação da luta a partir do exílio. A rendição, dois dias mais tarde, dos insurrectos de Lisboa (7-9 de Fevereiro) engrossa a vaga dos que procuram refúgio na raia. O movimen-

¹⁶ Paula Godinho, "Memórias de pedra na Galiza e no norte de Portugal: usos do passado e o lugar do devir", in Ana Sofia Ferreira, João Madeira, Pau Casanellas (coord.), *Violência política no século XX. Um balanço*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2017, p. 73

¹⁷ Hipólito de la Torre Gómez, *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular (1919-1930)*, Lisboa, Estampa, 1985, 271 p.; A Relação peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931- 1936), Lisboa, Cosmos, 1998, 203 p. Para uma síntese do período em apreço cf. ANTÓNIO JOSÉ QUEIRÓS, "As Relações luso-espanholas: do final da Primeira República ao Tratado de Amesterdão (1926-1997)", *População e Sociedade*, n° 17, 2009, pp. 131-153.

¹⁸ Merece particular destaque o esforço de divulgação da bibliografia sobre as relações luso-espanholas de fronteira, levado a cabo pelo Campo Arqueológico de Mértola desde 2006 (a versão de 2010 é consultável em <http://www.geoelectos.com/livro.pdf>). No entanto, apesar do vasto número de referências bibliográficas que comporta, o tema das migrações é relativamente pobre e inexistente para o exílio. Lamentamos que a última actualização, em 2015 tenha abandonado os capítulos dedicados à História.

to de concentração dos exilados converge, nos dias e semanas seguintes, em direcção às cidades fronteiriças mais próximas dos dois epicentros da revolta: Vigo, Tuy, Verin, Orense, Pontevedra no caso dos insurrectos do Porto; Badajoz, Cáceres, Salamanca (Estremadura), Huelva e Ayamonte (Andaluzia), para os de Lisboa e da região sul. O país é colocado em estado de alerta máximo, as fronteiras são fechadas e as comunicações com Espanha, nomeadamente ferroviárias, interrompidas.

O encaminhamento dos exilados para a fronteira e a sua travessia fazem-se ao sabor de improvisações e de acasos, mas com assento em amizades pessoais, redes familiares e ligações partidárias, sendo a intervenção dos caciques locais, suporte do republicanismo, factor determinante no sucesso da passagem da fronteira. Os relatos memorialísticos sobre a passagem da fronteira e a chegada ao exílio em 1927 são raros, sendo apenas conhecidos os de Sarmento Pimentel¹⁹, Manuel António Correia²⁰ e Jaime de Morais²¹, pelo que assumem uma importância vital, não apenas pela raridade, mas sobretudo pelo retrato político que traçam da época e o véu que levantam sobre as redes informais do caciquismo na raia, em que a distância do centro político abre o espaço de manejo das comunidades transfronteiriças²², inclusive dos agentes do poder local. Práticas que namoram os interstícios da legalidade, processando-se à luz de códigos e de relações interpessoais e de poder regidas por vivências e lógicas próprias às micro-sociedades de fronteira. Invisível do exterior, a “lei” vigente nestas comunidades repousa em duas características, a ancestralidade e a adaptabilidade, ou seja o enraizamento temporal no espaço geográfico e a capacidade de integrar os condicionalismos. É da convergência entre interesses da “margem política” e da “margem geográfica” que resulta a transformação da raia em plataforma de acção na retaguarda para a oposição republicana²³, pelo recurso a múltiplas redes transfronteiriças, pré-existentes à revolta de 1927, com particular destaque para as familiares e as económicas, e nomeadamente as do contrabando.

¹⁹ Publicadas inicialmente no Brasil, sob o título *Memórias do capitão* [São Paulo. Ed. Felman-Rêgo, 1963.] : [s.n.]. A edição portuguesa data de 1974.

²⁰ Manuel António Correia, *Memórias de um resistente às ditaduras*, introdução de Irene Pimentel, Lisboa, Temas e Debates-Círculo dos Leitores, 2011.

²¹ A edição do relato memorialístico de Jaime de Morais encontra-se em preparação, devendo ser editado ainda em 2018.

²² Sobre as relações de fronteira cf. os trabalhos de PAULA GODINHO, nomeadamente *Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema* (2003) http://www.sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/Paula_Godinho.pdf

²³ Cristina Clímaco, “L’espace frontalier espagnol: plateforme arrière de l’opposition portugaise (1927-1936)”, *Cahiers de Civilisation Espagnole Contemporaine*, n° 17, printemps 2017, <https://ceec.revues.org/6456>.

Para escapar à perseguição policial, o capitão Sarmento Pimentel recorre à rede familiar, passando de solar em solar, num trajecto que vai progressivamente tomando a direcção da fronteira de Chaves. O trajecto de Sucções até Chaves é percorrido a cavalo, sob escolta do feitor da quinta de um tio, que à chegada ao destino o confia a uma relação da rede familiar, um lavrador cuja propriedade se entende pelas duas margens da linha de fronteira. Sob pretexto de uma visita de cortesia para mostrar a extensão da quinta, o nosso proprietário coloca Sarmento Pimentel do outro lado da fronteira. A complexidade das relações de fronteira está presente no relato de Sarmento Pimentel através do jogo entre visibilidade/inviabilidade dos caciques e as estratégias de sobrevivência das populações pobres locais. Numa leitura das relações de fronteira a partir do prisma das estratégias de contorno da legalidade, a travessia de travessia por Sarmento Pimentel revela práticas distintas entre dominantes e dominados, mas põe igualmente em exergue a sua complementaridade e interdependência:

Depois do almoço [...], casaco no braço metemos a um carreiro de pé posto que levava para Bonsés, e como se fôramos visitar as propriedades do sr. Gerwaldes, “meeiras dos dois reinos - lindo souto de castanheiros, uma vinha alpendrada no teso galego, lameiro e moinho mais baixo, transmontanos. As malas levou-as uma criada do anfitrião, que aos dias santos contrabandeava pão de trigo, e era prometida dum guarda-fiscal. [...] Uns dez minutos adiante topávamos Bonsés e um automóvel que em meia-hora de boa estrada me levava a Verin²⁴.

A travessia da fronteira pelo grupo de Jaime de Morais, pelo rio Minho, organizada pela rede relacional do chefe revolucionário, goza de apoios grados a nível local, mediadores do acesso a redes já existentes. Também neste caso, a verticalidade das relações aponta para uma cultura de fronteira, na qual participam os vários estratos sociais da comunidade local, autónoma de critérios de natureza política:

A “barra” de Monção ainda não estava livre e tivemos que visitar Melgaço e São Gregório para dar tempo ao tempo. Também não se apagava em mim a minha mania de turista e contra todas as regras do jogo, ainda visitamos duas velhas capelas românicas que encontrámos no caminho. Apenas em Melgaço tive um percalço. Apareceu-nos na rua principal, um cabo já idoso da Guarda Republicana que, ao deparar comigo, abriu a boca e, perfilando-se, fez-me uma rasgada continência. [...] Positivamente a

²⁴ João Sarmento Pimentel, *Memórias...* op. cit, pp. 230-231.

ideia de deixar Portugal aterrorizava-me. [...] Tinha-se aberto a “barra” de Monção, sejam as portas da fidalga casa que nos acolheu. Casa de um adversário político, mas adversário e esposa, nobres na estirpe e na alma. Não importa dizer quem eram. Foi ele e o nosso amigo que prepararam a travessia do Minho. Estávamos em Fevereiro e tinha chovido muitíssimo. O rio trazia uma cheia temerosa e atravessá-lo num esquife (assim se chamam), sem ironia, de contrabandistas, não era cómodo. [...] No primeiro esquife seguia eu com o Cortesão. O barqueiro não nos escondeu o perigo que íamos correr. Cortesão, todo formalizado, perguntou-me se sabia nadar. Respondi-lhe que não, e que era mais pesado que um prego. [...] Afinal chegámos sem novidade à outra margem. [...]. César [de Almeida] passou sem dificuldade também²⁵.

A travessia da fronteira do capitão Nuno Cruz e do tenente Manuel António Correia é facultada pela rede de afinidades, ancorada nas elites locais que controlam a administração concelhia. Nuno Cruz, proprietário abastado, natural de Ponte da Barca, concelho do qual tinha sido administrador, recorre ao homólogo de Monção. Este *mandou chamar um barqueiro da sua confiança* a quem confiou os dois candidatos ao exílio. A passagem faz-se durante a noite, para escapar às patrulhas da Guarda-Fiscal, que tinham redobrado a vigilância da raia.

A chegada a Espanha incute aos exilados uma sensação de segurança e confere de imediato uma liberdade de movimentos, expressa pela fórmula como é liquidada a passagem da fronteira nos relatos memorialísticos. Manuel António Correia, de modo expedito, escreve que: *comemos e dormimos já com a certeza de chegarmos a Vigo, que demandámos no dia seguinte de comboio*²⁶. Por sua vez, Jaime de Morais acelera a narrativa, e num ápice transfere-a para Vigo: *arranjámos um auto e depressa chegámos a um hotel de Tuy onde íamos esperar as consortes, que com o nosso bom amigo e sem sobressaltos chegaram à hora marcada. Ao fim dessa tarde atingimos Vigo, onde fomos para o hotel continental, já então cheio de emigrados, e entre eles o Presidente Bernardino Machado e pessoas de sua família, expulso de Portugal dias antes. É em Vigo que começa a nova vida de exilado, que para alguns se prolongará até à queda do Estado Novo. A Espanha fazendo jus da sua tradição, respeita o direito de asilo e acolhe os refugiados políticos portugueses, ainda que com algumas diferenças, em função do troço de fronteira. Na Estremadura, os refugiados que atravessam a fronteira de Mourão, seguindo depois por Villanueva del Fresno e*

²⁵ Jaime de Morais, *Memórias*, texto manuscrito.

²⁶ Manuel António Correia, *Memórias...* op. cit, p. 180.

Olivença para Badajoz, são presos pela polícia espanhola, mas postos em liberdade quando alegam o estatuto de refugiado político²⁷.

A concentração dos exilados prolonga-se durante os meses de Fevereiro e Março. Para além da Galiza, há exilados em Pontevedra, Badajoz, Cáceres, Salamanca e Huelva, desposando estes núcleos a linha de fronteira e a diversidade das correntes republicanas. A ditadura portuguesa, consciente do perigo que representa para a sua manutenção a presença dos exilados na raia, solicita ao governo de Primo de Rivera o seu internamento no interior de Espanha²⁸. A ordem para os exilados abandonarem a raia é dada a 15 de Março de 1927, sendo-lhes imposto o estabelecimento de residência a mais de 100 km da fronteira. Começa então a dispersão dos exilados. Muitos partem para outros destinos: França, Bélgica ou ainda Brasil. Dirigentes políticos e intelectuais acolhem-se em França, pátria mítica dos direitos do Homem, julgando encontrar aqui apoios políticos e organizacionais para continuação da luta, e onde residia já Afonso Costa, mas que tanto os decepcionará. Os militares preferem abandonar a fronteira e retirar-se para a Corunha ou Madrid. É naquela cidade que se fixam figuras emblemáticas da oposição militar, nomeadamente os capitães Nuno Cruz e Alfredo Chaves, ou o tenente Alexandrino dos Santos, e onde permanecerá também durante alguns meses o presidente da República no exílio, Bernardino Machado, que seguirá depois para Paris. Em Madrid, centro geométrico da Península, instalam-se Jaime de Morais, o capitão César de Almeida e Jaime Cortesão, partindo este pouco depois para Paris. No entanto, Primo de Rivera procura evitar a concentração de um grande número de refugiados portugueses na capital, receando os contactos com o republicanismo espanhol, e o núcleo madrileno acaba por se esvaziar. Mas logo que a pressão policial se alivia, os exilados portugueses voltam a aproximar-se da fronteira, patenteando uma grande mobilidade. É na fronteira que os exilados recebem notícias do interior, comunicam com os agentes de ligação e despacham ordens, num crescendo que se prolonga até à revolta de 20 de Julho de 1928.

A tensão que tinha marcado os preparativos revolucionários da revolta de Fevereiro emerge de novo, num clima denso pontuado por conflitos pessoais e sensibilidades partidárias. Na Galiza, o núcleo constituído essencialmente por militares, mostra-se inquieto e anseia por acção, tanto mais que ali se tinha acabado de constituir, no seio da oficialidade, a Liga

²⁷ MNE, P3 A10 M39, ofício do cônsul português em Badajoz para o MNE, de 16 de Março de 1927. O estatuto de refugiado político está inscrito na convenção consular luso-espanhola de 1870, que continua em vigor no final dos anos 20.

²⁸ MNE, P3 A10 M39, ofício do embaixador de Portugal em Madrid, Mello Barreto, para o MNE, de 13 de Março de 1927.

de Defesa República (que ficará conhecida por Liga de Paris). Esta pretende ser uma organização apolítica de unidade dos exilados, em prol da acção comum, e colocar-se acima dos partidos e das clivagens políticas²⁹.

É a partir de Madrid que Jaime de Morais, secundado pelo capitão César de Almeida, inicia a reconstituição do aparelho revolucionário. Neste sentido, visita sucessivamente os núcleos de Salamanca, Valência de Alcântara e Huelva, a partir de onde se começavam a estabelecer contactos com o interior do país, e finalmente a Corunha, onde distribui tarefas. Vai depois a Paris conferenciar com a Liga de Afonso Costa e os chefes políticos, e no regresso, nos inícios de Junho de 1927, interna-se clandestinamente em Portugal, cruzando a fronteira em Vilar Formoso, caminho directo para Lisboa, de onde coordena os preparativos revolucionários a nível nacional. Do exílio regressam também o capitão Nuno Cruz, a quem é confiada a organização revolucionária na região militar de Coimbra, entendendo-se a sua acção até Tomar a Abrantes, o capitão César de Almeida que dirige os trabalhos na região do Porto, e o tenente Alexandrino dos Santos, que trabalha o Minho, conjugando a sua acção com a do Porto. Por sua vez, a organização de Lisboa e arredores, incluindo Setúbal, fica a cargo de Jaime de Morais, e os demais sectores são entregues a oficiais do interior, que não tinham passado pelo exílio. No entanto, as esperanças depositadas no novo movimento são frustradas; o Comité Militar é preso a 1 de Maio de 1928, e os seus elementos deportados para São Tomé. O novo Comité Militar, que se forma no rescaldo destas detenções, dá continuidade aos preparativos revolucionários, mas a organização encontrava-se fragilidade e as tropas que saem a 20 de Julho de 1928 (revolta do Castelo) são dominadas pelas forças governamentais, dando origem a novos exílios e deportações. No período que se abre com a revolta do Castelo, a fronteira perde atractividade, não havendo registo de uma procura massiva por parte de revolucionários e oposicionistas perseguidos pela polícia. O espaço fronteiriço torna-se mais discreto, menos mediático, mas não menos determinante para a oposição republicana, que permanece uma zona de contacto entre a oposição do interior e o exílio. A presença de Afonso Costa em várias cidades próximas da “zona interdita”, numa altura em que o exílio tenta reconstruir uma frente única republicana com

²⁹ A Liga de Defesa da República será rapidamente desvirtuada dos seus objectivos primeiros transformando-se num instrumento político de Afonso Costa. Os conflitos insanáveis que rapidamente surgem em Paris entre a Liga e os exilados do Partido Republicano Português transformam-na num organismo inoperante e vazio, cujo golpe final é-lhe desferido na reunião de Beyris, no final de 1931. Paradoxalmente, a Liga de Paris está longe de ter alcançado a projecção que a historiografia lhe atribui, sendo um mito forjado num período em que a história da oposição era insípida.

o interior³⁰ é significativo do papel conferido à raia. No entanto, também a polícia espanhola reforça a sua vigilância, procurando contrariar a actividade política dos portugueses.

A raia volta a reanimar-se no Verão de 1931, após as revoltas da Madeira, Açores e Guiné, em Abril-Maio, e a de 26 de Agosto. Com o prolongar da agitação revolucionária, o espaço fronteiriço toma uma nova feição, uma vez mais tomando apoio nas redes de fronteira, como zona de introdução de armas e material de guerra em Portugal. A mudança de regime político em Espanha, com a implantação da II República, estimula a concentração na raia, com as autoridades espanholas a fecharem temporariamente os olhos à presença de exilados portugueses.

O exílio de 1931: convergências luso-espanholas

Laços de amizade e relações intelectuais e políticas vindas do passado anterior ao 28 de Maio intensificam-se com a chegada ao exílio da elite republicana, na sua dupla vertente intelectual e política, consolidando as redes informais de apoio, que se revelam fundamentais para a luta oposicionista após o advento da II República. Se logo em 1927 essas ligações intelectuais, pontificadas no *Ateneo* de Madrid, são temidas por Primo de Rivera, que, como já referido, procura afastar da capital espanhola os intelectuais portugueses³¹, é contudo dos meios do nacionalismo galego que vem o primeiro apoio. Este é visível nas páginas do *El Pueblo Gallego*, propriedade de Portela Valadares, nome que consta da agenda de contactos de Bernardino Machado. Se este se encontra inevitavelmente no centro do relacionamento com os intelectuais galegos, até pelas relações de amizade e intelectuais que mantivera com Francisco Giner de los Rios³² e que se prolongam com os seus herdeiros espirituais, as pontes dos exilados portugueses com os nacionalistas galegos não se esgotam nem na figura

³⁰ A imprensa espanhola local regista a presença de Afonso Costa em Cadix e Sevilha, em Abril de 1930, ou seja logo após a constituição em Paris da *Comissão de Estudos e Diplomacia*. A organização, que visa a unidade da oposição republicana, é alargada ao interior em Setembro de 1930, numa data que coincide com a estadia de Afonso Costa na Corunha.

³¹ Por Madrid passam António Sérgio, cujo exílio data de finais de 1926, e, após a revolta de Fevereiro de 1927, Raúl Proença e Jaime Cortesão.

³² Eugenio Otero Urtaza, "Bernardino Machado e Francisco Giner de los Rios entre 1886 e 1910, iberismo e espírito de reforma educativa", *Revista de pensamento do Eixo Atlântico*, "A mirada do Outro", n.º 4, Janeiro-Junho de 2004, pp. 107-121; Gerald Moser, "O Lusófilo exemplar. Francisco Giner de los Rios, *Vértice*. *Revista de Cultura e arte*", n.º 202-203, 1960, pp. 394-404; Gerald Moser, "A Amizade entre Bernardino Machado e os irmãos Giner de los Rios", *Seara Nova*, n.º 1389-1390, Julho-Agosto de 1961, pp. 149-150.

de Bernardino Machado nem nos nomes grados do *galeguismo*, como Castela, Bóveda, Villar Ponte.

O relato memorialístico de Sarmiento Pimentel, director da *Seara Nova*, abre uma janela para relações menos mediatizadas com elementos de segunda linha do *galeguismo*, pilares da cadeia de apoio ao exilados, não só na Primavera de 1927 como ao longo do período que se estende até 1936, em particular os naturais da raia. A conversa mantida, em Verin, por Sarmiento Pimentel com os seus anfitriões Ramón Fuentes, homem ilustrado e influente local, e seu sobrinho, Manolo Fontes, galego tradicionalista e republicano, é alimentada pela *fraternidade literária e política*, que se traduz na partilha de referências culturais e políticas. Manolo, animado pelo folgo das jovens gerações, *sentia a opressão castelhana e as justas aspirações políticas da independência da Galiza e sua federação com Portugal, ardia de acção, enquanto que o tio também pensava como nós, os novos, (...) mas os anos ensinavam-lhe que as ideias do sobrinho, embora nobres, generosas, justas eram péssima referência para uma colocação na Hacienda que garantia o pão e o prestígio*³³.

O iberismo pesponta em pano de fundo nas relações entre os nacionalistas galegos e oposição portuguesa. A questão, que desde o século XIX servia de barómetro das relações entre os dois países, é explorada pela ditadura militar contra os exilados e brandida como arma de propaganda na imprensa portuguesa³⁴. Bernardino Machado riposta, em Junho de 1932, numa longa entrevista concedida ao jornal *El Pueblo Gallego*³⁵. Começando por exprimir a sua simpatia e admiração pela Galiza, *terra de predilección fraterna dos republicanos portugueses*, Bernardino Machado expõe os princípios segundos os quais é concebida a colaboração ibérica: *Cuanto pasos se den en pro del acercamiento de los dos pueblos hermanos serán un consuelo para los demócratas de mi país. Conste que no se trata de un deseo de acercamiento absoluto, político, sino de un acercamiento espiritual que, sin la desintegración de España, sirva de intermediario para aproximarnos a España, cuyos intereses económicos y políticos, desde el punto de vista internacional, deben hacerse comunes en el porvenir*. Assim, conjuntamente com Espanha e França formar-se-ia um bloco democrático, destinado a agir na cena internacional:

Apenas borrada la Dictadura de Portugal, contaremos inmediatamente con un gran núcleo latino: con España, Francia y mi país mostrando a Europa una fortaleza de democracia que será iniciación de una gran influencia latina.

³³ João Sarmiento Pimentel, *Memórias...* op. cit, pp. 230-231.

³⁴ Sérgio Campos Matos, *Iberismos: nação e transnação, Portugal e Espanha, 1807-1931*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017; Paulo Bruno Rodrigues Ferreira, *Iberismo* ...op. cit.

³⁵ *El Pueblo Gallego*, 3 de Junho de 1932.

Concepção que vai ao encontro dos princípios expressos a Manuel Azaña por Jaime Cortesão, no Verão de 1931, que vê no iberismo um meio de regeneração da moral política, e que o então Ministro da Guerra considera de provinciano, vendo a proposta do intelectual português pela lente da união política³⁶. No entanto para Bernardino Machado e para os exilados trata-se de caminhos paralelos:

Los dois pueblos vendrán a realizar una obra mancomunada que se convierta en ventajas recíprocas en el aspecto de la colaboración internacional. Que cada país viva entonces su vida interna independientemente y que en lo exterior, salvaguarden unidos los intereses comunes y marchen juntos hacia el futuro esplendoroso que les está reservado.

Ainda na mesma entrevista, Bernardino Machado dirige-se aos correligionários desafectos que a propaganda da ditadura procura seduzir agitando o perigo da propagação a Portugal da violência política da II República espanhola, tentando desfazer mal entendidos. O Presidente da República no exílio reafirma a sua fé no regime republicano como único meio de progresso e de acesso à modernidade por parte das Nações:

Lo que más me interesa en España es lo que más me ha interesado en Portugal: es decir, que haya un sentimiento verdaderamente republicano. Con oposiciones aquí o allá, que haya el sentimiento nacional de que la República es para España como un movimiento de liberación, como un movimiento que la adapta a la modernidad y le promete el futuro.

E lembra que o republicanismo português revê na II República espanhola a obra de educação política que a República de 1910 propunha levar a cabo:

El advenimiento de la República española fué un acontecimiento admirable. Los portugueses la amamos no sólo porque es República, sino porque ha sido hecha por un estado mayor de intelectuales casi todos hijos intelectuales de mi querido y fraterna amigo don Francisco Giner de los Ríos, del que se puede decir que, no habiendo hecho política, no habiendo querido hacer otra cosa que educación política, ha sido el gran animador de este movimiento, de esta revolución espiritual que ha sorprendido y maravillado al mundo.

³⁶ Manuel Azaña, *Memórias Políticas e de Guerra*, Barcelona, vol. II, Editora Crítica, Grupo Grijalbo, 1980, p. 135. Contrariamente a Bernardino Machado, Jaime Cortesão exclui a França republicana do bloco latino, considerando-a desprovida do desinteresse, da nobreza e idealismo dos republicanos espanhóis. As decepções do exílio em França, entre 1927 et 1931, devem certamente pesar na visão de Jaime Cortesão, desiludido pela falta de apoio à causa republicana portuguesa.

Do lado espanhol, as manifestações de apoio aos exilados sucedem-se. César de Oliveira, em estudo pioneiro sobre Portugal e a II República de Espanha³⁷ ter já chamado a atenção para o interesse que a causa portuguesa despertara na imprensa espanhola, em particular na madrilenha, durante o Verão de 1931. Nos meios galeguistas, a mobilização em favor do republicanismo português transvasa os círculos intelectuais³⁸. Uma petição é enviada ao Presidente do Conselho de Ministros pela deputação provincial de Pontevedra, assinada pelo seu presidente, Caamaño³⁹, em Outubro de 1931, pedindo que seja autorizada a presença dos exilados na fronteira⁴⁰. A petição é publicada no jornal *El Progreso*, que se insurge contra o facto de *se hace imposible la vida a los portugueses que no cometen otro delito que el disenter del régimen tiránico a que su gloriosa e infeliz patria está sujeta*. Por seu turno, Afonso Costa, Prestes Salgueiro e outros emigrados são aclamados durante um jantar galeguista, em Bayona, em Outubro de 1932, durante o qual Castelao e Bóveda expressam a solidariedade do movimento para com a causa do republicanismo português, por quem sentem *afecto de hermanos*⁴¹. E Villar Ponte, despedindo-se de Cunha Leal, que abrangido pela amnistia de Dezembro de 1932 regressa a Portugal⁴², não deixa de assinalar a comunidade de língua e a proximidade étnica e geográfica entre a Galiza e Portugal, que *sono como dos ramas escindidas de un tronco común por fatalidades históricas*⁴³.

As autoridades consulares seguem de perto as relações entre exilados e meios políticos espanhóis. A visita do Ministro da Educação, Fernando de los Rios, a Bernardino Machado, durante uma deslocação oficial a Vigo, que merece destaque na imprensa galega⁴⁴, provoca a intervenção

³⁷ César de Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d.

³⁸ Sobre a relação entre iberismo e galeguismo cf. José Antonio Rocamora, "El iberismo en el contexto de la expansión del nacionalismo en la Península Ibérica", *Relações Portugal-Espanha: cooperação e identidade*, Porto, Fundação Rei Afonso Henriques, 2000, pp. 113-121.

³⁹ *El Progreso*, semanario independiente, de 13 de Outubro de 1931. Amancio Caamaño Cimadevila (1894-1936), Presidente da deputação em 1931-1932. Militante da Federación Republicana Galega, fuzilado em Novembro de 1936.

⁴⁰ Alegando a necessidade de manutenção de laços familiares e gestão de negócios pessoais por parte dos exilados.

⁴¹ *El Pueblo Gallego*, de 9 de Outubro de 1932.

⁴² Após a sua evasão dos Açores e uma breve passagem por Paris e Sevilha, Cunha Leal tinha-se radicado em Abril de 1931 na Corunha.

⁴³ *El Pueblo Gallego*, de 20 de Dezembro de 1932.

⁴⁴ *El Pueblo Gallego*, de 30 de Agosto de 1932.

do embaixador Mello Barreto junto do governo da II República. O cônsul em Vigo queixa-se que os emigrados políticos portugueses refugiados na Galiza dispunham de toda a influência junto da imprensa local, e que por intermédio dela, conseguiam deformar as realidades da situação portuguesa e desprestigiar as figuras representativas do actual régimen político português, assim como junto das autoridades locais e regionais⁴⁵. Pestana de Vasconcelos vai desenvolver uma agressiva política cultural, promovendo actividades conjuntamente com as autoridades oficiais galegas, entre as quais sobressaem a Semana Portuguesa, em Março de 1933, durante a qual é inaugurada, em Vigo, a Praça de Portugal, e as festas de inauguração do busto de Camões naquela mesma praça, em Agosto de 1934. Para contrariar a influência dos exilados na Galiza, Pestana de Vasconcelos desenvolve esforços no sentido de lhes retirar a tribuna de que dispunham na imprensa local, passando nomeadamente um acordo com os directores de *El Pueblo Gallego* e *Faro de Vigo*, jornais cuja circulação estava proibida em Portugal, o que impedia a sua difusão junto da numerosa colónia galega radicada no país. Um acordo teria assim sido passado por Pestana de Vasconcelos com os directores dos dois jornais, que lhe dava um direito de censura sobre a informação política relativa a Portugal. Paralelamente, o cônsul procura mobilizar para iniciativas de âmbito cultural e de promoção económica autoridades locais ligadas aos partidos próximos dos exilados políticos, nomeadamente republicanos radicais e socialistas, tecendo uma rede de contactos pessoais e de amizade que em seu tempo se revelam úteis. Quando em inícios de 1935, Afonso Costa se desloca a Vigo, a sua presença na cidade é-lhe comunicada pessoalmente por um comissário de polícia espanhol. Fora da alçada do cônsul, fica o recém criado Instituto de Estudos Portugueses criado na Universidade de Santiago de Compostela por Alejandro Rodríguez Cadarso⁴⁶, por onde passam intelectuais exilados que ali leccionam ou dão conferências, nomeadamente António Sérgio durante o 1º semestre de 1933, antes do seu regresso a Portugal. Antecipando novas formas de combate político, o cônsul em Vigo desloca o confronto com os exilados para os campos da opinião pública e da colónia emigrada, procurando retirar visibilidade ao grupo e minar o seu prestígio junto desta última. No entanto, é necessário ter em conta que a sua acção é favorecida pela viragem à direita sofrida pela política interna espanhola durante o *biénio negro*.

⁴⁵ MNE, Relatório de Gerência do Consulado em Vigo por Pestana de Vasconcelos, 30 de Janeiro de 1936.

⁴⁶ Teresa Soeiro, Galiza no Porto: evocação da Semana Cultural Galega de 1935, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 37, Porto, DCTP-FLUP, 2016, pp. 89-129.

Outro canal de apoio à causa da oposição portuguesa é a Maçonaria espanhola, em particular as lojas galegas. Não obstante, a solidariedade da Maçonaria espanhola permanece ainda pouco estudada, assim como a sua implicação da portuguesa nas revoltas contra a Ditadura, apesar do interesse que tem despertado nestes últimos anos⁴⁷. Um certo número de exilados pertencia à Maçonaria já antes do exílio, outro aderem no exterior. Para além do apoio financeiro para a assistência aos exilados, a Maçonaria espanhola intervém junto do governo republicano para que seja autorizada a permanência dos portugueses na raia. Em Madrid, os *maçons* portugueses frequentam a loja “Madrilena”, mas pensa-se em fundar uma loja exclusivamente portuguesa, cuja inauguração se realiza a 5 de Outubro de 1932, sob o nome de “República Portuguesa”, ligada ao Grande Oriente Espanhol. O seu venerável é Filipe Mendes, sendo Bernardino Machado eleito membro honorário⁴⁸.

O entusiasmo expresso pela imprensa espanhola para com a luta da oposição portuguesa atinge o clímax no Verão de 1931, no momento da revolta de 26 de Agosto de 1931. Os jornais *Ahora*, *La Época*, *Crisol*, *El Imparcial*, *La Libertad*, *La Voz*, *El Heraldo de Madrid*, *El Sol*, *El Siglo futuro*, *La Nación* dão importante destaque aos aviadores que procuram refúgio em Espanha e solidarizam-se com a *revolução* portuguesa. Américo Sanches e, sobretudo, Manuel Vasques, merecem as honras da imprensa espanhola, que relata com detalhe a aterragem forçada por falta de gasolina do último em Salteras, nos arredores de Sevilha, a 27 de Agosto, numa propriedade do deputado Antonio Huertas, e a adaptação operada no aparelho da aviação civil para o transformar em bombardeiro. O *Mundo Gráfico* de 2 de Setembro dedica uma página completa a Portugal, que os dois aviadores partilham com as fotografias dos estragos provocados pela explosão de uma bomba na embaixada de Portugal em Madrid. Menos visíveis na imprensa, o capitão Américo Sanches e o sargento Simplício da Fonseca aterram perto da povoação de Valdelamusa, em Huelva, também por falta de gasolina, quando procuravam atingir a base de Tablada⁴⁹. Os refugiados são colocados sob a alçada do director-geral da Seguridad, sendo al-

⁴⁷ Sobre as ligações maçónicas do grupo dos Budas, cf. Heloisa Paulo, “Republicanism: considerações dos exilados acerca da república portuguesa”, in Armando Malheiro, da Silva Maria Luíza Tucci Carneiro, Stefano Salmi (ccord.), *República, Republicanismo e Republicanos: Brasil, Portugal, Itália*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 361-383.

⁴⁸ Arquivo Bernardino Machado, cx. 134, documento “República portuguesa”.

⁴⁹ Os aviões são posteriormente entregues a Portugal.

bergados no Hotel Royal de Sevilha a expensas do Ministério da Guerra⁵⁰. No entanto, a empatia da opinião publica espanhola para com a causa portuguesa começa pouco a pouco a desborear-se. Em finais de 1932, o fundo de assistência do Ministério da Guerra encontrava-se esgotado, e a situação económica dos exilados degradara-se com a crise económica que grassava em Espanha. A direcção do exílio volta a apelar a Manuel Azaña, que se limita a responder que estudará um meio de os socorrer, sem se comprometer com a perenização dos subsídios⁵¹. Ainda que o bom relacionamento com a esquerda espanhola perdure, sente-se entre os exilados um progressivo desencanto relativamente à solidariedade material:

*Entre os republicanos espanhóis reina o sentimento duma viva fraternidade para connosco; mas é gente remissa, esquecida, mole, obrigando a decuplicar muitas vezes o esforço para arrancar-lhes qualquer coisa*⁵².

O caso dos subsídios concedidos pelo Governo republicano aos exilados portugueses irrompe à luz do dia com o julgamento de Manuel Azaña, em 1935, no seguimento da revolta das Astúrias, suscitando a indignação da opinião pública espanhola⁵³. O entusiasmo do Verão de 1931 encontra-se já distante, com uma Espanha em forte convulsão interna, absorta pelos seus problemas internos.

A Repressão

Se nos primeiros meses os exilados contam com o discreto auxílio dos cônsules nomeados pela República, um dos primeiros actos da ditadura será a depuração da rede consular de fronteira, através de um movimento do pessoal consular, no caso dos consulados de carreira, ou à destituição dos cônsules honorários desafectos à Situação e a consequente nomeação de novos funcionários. O perfil dos novos cônsules molda-se às exigências do momento, em particular na Galiza, orientadas para a vigilância da fronteira, revelador da importância doravante atribuída aos posto de fron-

⁵⁰ Quando Manuel Azaña abandona a pasta da Guerra, no início do Outono de 1931, o novo titular suprime os subsídios, mas Jaime Cortesão consegue negociar a sua manutenção mediante redução do montante. Arquivo Bernardino Machado, cx. 134, correspondência de Álvaro Poppe para Bernardino Machado, de 19 de Novembro de 1932.

⁵¹ Arquivo Bernardino Machado, cx. 118, correspondência de Azaña para Bernardino Machado, de 31 de Março de 1933.

⁵² BNL, E7/546, correspondência de Jaime Cortesão para Raul Proença, de 5 de Novembro de 1931.

⁵³ Sobre a ajuda militar e facilidades logísticas concedidas por Manuel Azaña aos republicanos portugueses, cf. Cristina Clímaco, *Republicanos....* op. cit.

teira. As primeiras vítimas da depuração são Vasco Morgado, cônsul em Vigo desde 1919, colocado pelo Ministério em disponibilidade de serviço por decreto de 29 de Março de 1927, e o cônsul em Tui, Valentim Tiago Ribeiro de Melo. O caso de Tui é elucidativo dos critérios que presidem à escolha dos novos titulares dos postos de fronteira, pontuados pelo conservadorismo e pelas simpatias para com a ditadura. O posto é confiado logo em Abril de 1927 ao tenente miliciano de infantaria Anacleto de Campos, descrito por um inspector consular, já numa data posterior, como *partidário leal e defensor da actual situação política portuguesa, avesso a transigir ou a manter relações amistosas com quem, português ou espanhol, se lhe torne suspeito de extremista ou de desafecto*⁵⁴. A importância do posto aumenta com o evoluir da situação interna espanhola, sendo a cidade vista a partir do Ministério dos Negócios Estrangeiros como *centro de grande actividade revolucionária e quartel-general dos anarco-sindicalistas*⁵⁵. Anacleto de Campos é contestado desde a chegada ao posto, circulando nomeadamente panfletos denunciando a falta de carácter moral e político, muito provavelmente com origem na oposição republicana. Porém, consegue manter-se durante oito anos no posto, sendo apenas afastado com a Guerra Civil de Espanha, resistindo à sindicância de finais de 1935 e à exoneração, sendo suspenso *in extremis* o decreto de nomeação do seu sucessor. O longo braço do Ministério do Interior e da Polícia e o clima de agitação social vivido então em Espanha não serão estranhos à manutenção de Anacleto de Campos no posto, fazendo valer o seu conhecimento do terreno e a relação privilegiada que mantém com a polícia e forças vivas espanholas.

Contrariando as ordens do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Vasco Morgado tinha concedido passaportes a vários exilados, nomeadamente a Sarmento Pimentel, que lhe permite viajar para o Brasil. Vasco Morgado é substituído por Aristides de Sousa Mendes⁵⁶, monárquico e conservador, que se destaca na vigilância dos exilados. Instigados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a vigiar os exilados e a enviar informações para Lisboa, alguns consulados recrutam agentes locais, cujos serviços são pagos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em Vigo, é um agente da Polícia Internacional de Valença que presta serviço no consulado. Com um bom conhecimento do terreno, no qual se deslocam facilmente e dos meios da emigração, estes agentes controlam o movimento na fronteira. É através do agente em Salamanca que a Polícia portuguesa

⁵⁴ MNE, pessoal consular - Tui, Parecer da sindicância, de 14 de Fevereiro de 1935.

⁵⁵ MNE, pessoal consular - Tui, ofício para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 10 de Fevereiro de 1935.

⁵⁶ Aristides de Sousa Mendes mantém-se no consulado de Vigo até 1930, data em que é substituído por Júlio Brandão Paes.

toma conhecimento da presença de José Domingues dos Santos na raia. Diga-se no entanto, que as atribuições destes agentes não se confinam à vigilância dos exilados, estendendo-se também à luta contra a emigração clandestina e à falsificação de passaportes, mas cuja eficácia parece ser neste campo bem menor, tanto mais que o favorecimento da emigração clandestina pelos cônsules surge em pano de fundo.

Em Badajoz, o cônsul colabora com a polícia local para neutralizar a rede de introdução de propaganda clandestina em Portugal, que tinha por centro o Hotel “Las Naciones”, cujo proprietário era o português Ladislau Costa⁵⁷. Alguma desta propaganda tinha sido apreendida anteriormente no quartel de Elvas, e destinava-se ao aliciamento das tropas, dado que a tática da corrente republicana para o derrube da ditadura repousava na *revolução*, ou seja no movimento militar. Também da documentação consular se depreende alguma colaboração entre as polícias portuguesa e espanhola na repressão da actividade dos exilados, não hesitando a Polícia de Informações a enviar agentes a Espanha. Um destes agentes, da delegação do Porto, é identificado em Vigo por quatro emigrados políticos, que o agridem violentamente, resultando na fractura do maxilar e na perda de vários dentes⁵⁸.

Após as revoltas da Madeira e de Agosto de 1931, e o afluir dos exilados, os postos que bordam a Estremadura e a Andaluzia adquirem um novo relevo, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros a definir através de uma circular as funções dos consulados de fronteira: *deverão indicar todos os factos que possam esclarecer a atitude dos emigrados, serviço esse que constitui neste momento estrito dever dos cônsules portugueses na fronteira*⁵⁹, com a obrigação de reportar directamente à embaixada em Madrid e ao Ministério do Interior. Com o advento da II República termina o desanuiamento das relações luso-espanholas, iniciado com a chegada de Primo de Rivera ao poder, envereda após a queda da República portuguesa por uma fase de franca cordialidade⁶⁰. Em Portugal, a notícia da implantação do regime republicano é recebida com grande apreensão, e o governo des-

⁵⁷ MNE, P3 A10 M37, ofício do consulado de Portugal em Badajoz para a embaixada em Madrid, de 24 de Julho de 1928. Nomeadamente folhetos assinados por Agatão Lança e “um grupo de republicanos”.

⁵⁸ MNE, P3 A1 M461, ofício do embaixador em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Dezembro de 1932.

⁵⁹ MNE, P3 A1 M461, circular n.º 1 enviados para os consulados de fronteira, de 28 de Janeiro de 1932.

⁶⁰ A melhoria das relações decorre do esforço despendido por Primo de Rivera para se aproximar de Portugal, que se desloca a Portugal em Agosto de 1929 para se encontrar com Ivens Ferraz, Presidente do Conselho. Visita à qual o Presidente

de logo considera com desconfiança a mudança de regime, trazendo de volta o “perigo espanhol”, tanto mais que eram conhecidos os estreitos laços que ligavam o republicanismo português e o espanhol⁶¹. Laços estes reforçados pelo exílio comum em Paris⁶²; a imprensa francesa e espanhola tinham assinalado a presença de Afonso Costa na despedida promovida na gare d’Orsay aquando do regresso do exílio dos republicanos espanhóis. O período que se abre no Verão de 1931 é de forte tensão, com a presença dos exilados na fronteira a constituir um elemento de perturbação do relacionamento bi-lateral.

A partir das listas de exilados estabelecidas pelos cônsules de fronteira e enviadas para a embaixada em Madrid, Mello Barreto, solicita junto do Governo espanhol o internamento a mais de 100 km da fronteira dos opositores recém-chegados a Espanha. A insistência de Mello Barreto revela o pouco empenho com que as autoridades espanholas dão cumprimento à ordem de afastamento da raia; apenas no primeiro trimestre de 1932 foram enviadas seis notas ao Ministério de Estado lembrando o compromisso assumido em 31 de Agosto de 1931 pelo Governo espanhol e solicitando o seu cumprimento:

Com referencia a varias comunicaciones de esa Embajada formulando el deseo de que los emigrados políticos de su pais refugiados en distintas localidades de la Provincia de Pontevedra, Orense, Caceres y Badajoz sean internados a una distancia mayor de 100 quilómetros de la linea fronteriza, tengo la honra de manifestarle que el Señor Ministro de la Gobernación atendiendo a las consideraciones sugeridas respecto al particular por éste Ministerio y desco-

da República, general Óscar Carmona, corresponderá visitando a Exposição Ibero-americana de Sevilha., em Outubro de 1929. Já em Agosto de 1927 tinha sido possível assinar o acordo sobre o aproveitamento hidroeléctrico das quedas do rio Douro, e a 18 de Janeiro de 1928 o tratado de conciliação e arbitragem e o protocolo adicional. Também em 1928 se realizara a Conferência Económica, tendo as delegações dos dois países chegado a consenso nas questões das ligações (ferroviárias, rodoviárias, e fluviais) e comunicações telegráfica e telefónica. Este clima de entendimento cordial é movido pelo desejo de manter o status quo político e social na Península Ibérica. Paulo Bruno Rodrigues Ferreira, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Lisboa, 2016.

⁶¹ Heloisa Paulo, “Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exilés portugais et les républicains espagnols (1931-1939)”, in Cristina Clímaco, Marie-Christine Volovitch-Tavares, *Le temps de l’exil portugais (1926-1974), France, Espagne, Afrique du Nord*, Paris, Riveneuve Continents/ Exils et Migrations Ibériques au XXe siècle, 2016, pp. 26-43.

⁶² A sindicância é conduzida pelo cônsul-geral em Madrid, Alberto Feliz de Carvalho.

so de cooperar al mantenimiento de las cordiales relaciones entre Portugal y Espana, comunica ha circulado a los Gobernadores civiles de las provincias interesadas las ordenes oportunas en aquel sentido, previniendoles den aviso dal cumplimiento de las ultimas, de lo que le daré cuenta oportunamente⁶³.

A suspeita de uma importante concentração de exilados em Badajoz leva à abertura de um inquérito ao cônsul Vasco Manuel de Sousa Pereira para apurar negligências no exercício das suas funções⁶⁴, pondo em evidência, por um lado, a transformação dos consulados de fronteira em postos avançados da repressão e, por outro, a missão política que é doravante confiada aos cônsules fronteiriços. Estes encontram-se pouco preparados para esta nova missão, ocupados na maioria dos casos por cônsules honorários, recrutados localmente entre a elite económica, tratando-se por vezes de cidadãos espanhóis, cujas funções eram essencialmente de natureza económica e de assistência aos portugueses. Se o inquérito acaba por ilibar o cônsul, revela no entanto a promiscuidade das comunidades raianas, impactadas pelas relações interpessoais⁶⁵, inserindo-se no que Maria de Fátima Amante designa por “cultura de fronteira”⁶⁶. Também o consulado de Vigo é significativo da importância atribuída pelo governo português aos consulados de fronteira, em particular aos da Galiza, após o advento da II República e a reanimação do exílio. Em 1932 é designado como cônsul em Vigo, em comissão de serviço, Pestana de Vasconcelos. O percurso do cônsul reflecte a dimensão política conferida aos consulados de fronteira. Conciliando carreira militar e jornalismo, Pestana de Vasconcelos foi director do jornal *Portugal*⁶⁷ e delegado do Governo no *Jornal de Notícias*, durante a revolta de Fevereiro de 1927 quando o jornal é acusado de colaborar com os revolucionários⁶⁸, cargo que assume até 1 de Abril

⁶³ O cônsul alega tratar-se de uma cabala montada por um capitão de Elvas, antigo delegado da Polícia de Informações na fronteira.

⁶⁴ Maria de Fátima Amante, *Fronteira e identidade. Construção e representação identitária na raia luso-espanhola*, Lisboa, ISCSP, 2007.

⁶⁵ O *Portugal* foi uma tentativa infrutífera de criar um órgão de apoio à Ditadura. Publicou-se entre 23 de Agosto de 1926 e 26 de Março de 1927.

⁶⁶ Na tipografia do *Diário de Notícias* foram impressos durante a revolta um suplemento do jornal, assim como um n° do anarco-sindicalista *A Batalha*.

⁶⁷ Arlindo Manuel Caldeira, “O Partido de Salazar: antecedentes, organizações e funções da União Nacional (1926-1934)”, *Análise Social*, XXII, n° 94, 1986, pp. 943-977. Sobre a Liga cf. igualmente António Costa Pinto, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-33)”, in Eduardo de Sousa Ferreira, Walter C. Opello, *Conflitos e mudanças em Portugal*, Lisboa, Teorema, 1986, pp. 23-39.

⁶⁸ MNE, P2A35 M1, relatório de gerência do consulado em Vigo, 30 de Janeiro de 1936.

conjuntamente com a função de director da publicação. Participa na fundação da União Nacional Republicana, uma agremiação de feição conservadora que se dissolverá em Fevereiro de 1928, evoluindo posteriormente para a direita radical, toma parte na organização da Liga Nacional 28 de Maio, fomentada por um grupo de jovens oficiais que tinham participado no 28 de Maio⁶⁹. Após uma comissão de serviço no México na qualidade de cônsul e encarregado de negócios de Portugal, é colocado em Vigo, em 1932, onde se manterá até finais de 1935. O próprio Pestana de Vasconcelos justifica a sua nomeação para o posto pelas suas convicções políticas e conhecimento da *actividade dos revolucionários políticos portugueses refugiados na Galiza e ligações e cumplicidades que mantinham com os políticos e revolucionários espanhóis*, recusando ver a sua missão em Vigo como uma gerência consular normal *porque para isso não tenho mais competência ou méritos do que qualquer dos meus colegas*⁷⁰.

Em Portugal, a agitação revolucionária bate o auge, depois de perdida a esperança numa evolução do regime pelo interior, sustentada por sectores do republicanismo liberal⁷¹. Sinais do aumento do fervilhar oposicionista chegam até às autoridades policiais, quer através de informações provenientes de fontes diversas quer através do próprio aumento da actividade repressiva. O volume do material bélico apreendido deixa patente as intenções da oposição e coloca a polícia de sobreaviso. As armas que Jaime de Moraes⁷² comprara no Norte da Europa para a *revolução portu-*

⁶⁹ Sobre as revoltas da oposição republicana cf. Luís Farinha, *O Revirralho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

⁷⁰ Deportado em Maio de 1928, Jaime de Moraes evade-se de S. Tomé acolhendo-se em França, onde prossegue a preparação da *revolução*.

⁷¹ AOS/CO/IN - 8, p. 5. Informação da Polícia Internacional Portuguesa sobre transacção de armas expedidas de uma firma de Bruxelas para Lisboa, 19 de Maio de 1931. As armas foram expedidas, por via marítima, por uma conceituada empresa belga de exportação de armas, mas apreendidas à entrada em Portugal.

⁷² A 14 de Maio de 1932 foram apreendidas a Joaquim José Godinho 2 carabinas metralhadoras de 9 mm, 6 pistolas metralhadoras "Royal" Patente, 5 pistolas metralhadoras sistema "royal" sem marca, 2 caixas de madeira para pistolas metralhadoras, sistema "royal", 2 coldres para pistolas "savage", 2 carregadores para pistola «Parabellum», 1 carregador para pistola "Parabellum", 5 carregadores para carabina metralhadoras de 9 mm, 2 carregadores 6,5 m/904, 10 cartuchos 6,5 m/904, 1 carregadores 6,5 m/96; 3 cartuchos 6,5 m/96, 7 cartuchos 7,7 m/917, 22 cartuchos 7,65 m/908, 10 cartuchos para pistola metralhadora Parabellum de 9 mm, 8 cartuchos 7,65 m/915, 73 cartuchos 6,35, 6 cartuchos para revolver, 1 carregador com 9 balas para pistola metralhadora «royal», 540 cartuchos 9mm para carabina metralhadora: 540. O arsenal é completado com 12 pistolas «savage», 10 pistolas "FN", 1 pistolas "Sct", 36 balas para pistola "savage", 1 granada, 50 bombas de choque,

guesa são descobertas aquando da passagem na alfândega⁷³, e a polícia apreende amiúde vezes material bélico no momento da captura de oposicionistas⁷⁴. Informações sobre depósitos de armas na fronteira espanhola vão chegando igualmente à polícia⁷⁵. A situação inquieta de sobremaneira o Governo português, tanto mais que as autoridades espanholas da raia mostram pouca disponibilidade para prosseguir a colaboração de outrora, de contenção da presença e da actividade revolucionária dos exilados no seu território. Tanto mais que o apoio logístico e material dispensado pelos sectores governamentais da esquerda republicana à oposição portuguesa tinha ficado patente durante a revolução de Agosto de 1931, revelada pela origem espanhola das bombas lançadas sobre Lisboa⁷⁶. O acolhimento reservado aos aviadores que se refugiam na orla fronteiriça no rescaldo da revolta de Agosto, e a recusa em entregar os deportados da Guiné, acusados pelo Governo português de crimes de delito comum, alimentam o ressentimento contra a Espanha republicana, e consolidam a ideia de uma gestão interna do problema dos exilados. A amnistia de Dezembro de 1932 para os crimes políticos⁷⁷ deve assim ser entendida como uma reacção à complacência das autoridades espanholas para com a oposição portuguesa e um meio de contrariar a *revolução*, tanto mais que, se as fi-

1,500 kg de sulfureto de antimónio, 6 kg de clorato de potássio a vários apreendido a vários outros detidos.

⁷³ Nomeadamente em Monção, Valença do Minho, Melgaço e Vila Nova de Cerveira, assim como na fronteira sul, em Estremoz e Vila Real de Santo António.

⁷⁴ As bombas provinham da base aérea de Los Alcazares e faziam parte do material de guerra cedido à oposição portuguesa, por intermédio dos Budas, pelo então Ministro da Guerra, Manuel Azaña. Sobre a relação de Manuel Azaña com os Budas e a cedência cf. Manuel AZAÑA, *Diários completos: monarquia, república, guerra civil*, Barcelona, Critica, 2000; Cristina Clímaco, "L'espace frontalier espagnol... art. cit."

⁷⁵ O Decreto nº 21 949/32 deixa de fora da amnistia 52 oposicionistas, vultos grados da oposição republicana, nomeadamente Bernardino Machado e Afonso Costa, assim como os acusados de "crimes de sangue", fórmula com a qual o Governo exclui a oposição não republicana.

⁷⁶ Decreto-Lei nº 21 942. Fernando Rosas e *alii*, *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo Leitores, 2009. Sobre a legislação repressiva cf. José António Barreiros, "Da Ditadura Nacional ao Estado Novo: um longo penar do sistema penal", *Julgar*, nº 22, 2014, pp. 131-148, versão electrónica em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/01/08-José-António-Barreiros.pdf>. Em 1933, é criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado a partir de uma reorganização de vários corpos de polícia, com a função de centralizar a luta contra a oposição.

⁷⁷ Em 1932-1933, os contactos da oposição estendem-se aos descontentes do bloco republicano-conservador do regime, apeado do poder pela ascensão de Salazar, nomeadamente aos sectores de apoio do general Vicente de Freitas.

guras gradas da oposição política e militar são excluídas da amnistia, esta abrange os escalões inferiores, ou seja a base operacional, indispensável num momento em que os “homens” começam a escassear. Salazar prefere mantê-los no interior, onde os pode conter e reprimir a deixá-los em liberdade no exterior, onde a proximidade geográfica e apoio espanhol os transforma numa verdadeira ameaça para o regime. Tanto mais que no mesmo dia é publicado o decreto que institui os Tribunais Militares Especiais destinados à punição dos crimes políticos⁷⁸. Para além da cisão entre as hostes oposicionistas, a amnistia procura igualmente estender a mão ao republicanismo liberal, nomeadamente nos meios da deportação, e por extensão ao republicanismo conservador, arrimado à *revolução*⁷⁹ no fracassado braço de ferro-de-ferro com Salazar⁸⁰.

A situação interna espanhola altera-se com as eleições de Novembro de 1933 e a chegada ao poder da direita, abrindo o que ficou conhecido por *biénio negro*. A relação de forças na região inverte-se e os exilados perdem influência a nível local, inclusive na imprensa. As relações diplomáticas entre Portugal e Espanha tornam-se mais cordiais, e Salazar mostra-se menos inquieto relativamente ao perigo representado pelos exilados em Espanha, confiando nas novas relações estabelecidas entre os dois países. A polícia espanhola procura limitar a actividade dos “extremistas” na Galiza, começando a colaborar com as autoridades consulares portuguesas. Em Março de 1934, a polícia de Vigo propõe ao cônsul português repatriar o anarco-sindicalista José Rodrigues Reboredo como indocumentado. Pestana de Vasconcelos recusa a proposta alegando que se trata de um assunto de política interna espanhola, mas receando sobretudo as consequên-

⁷⁸ Sobre a longa marcha de Salazar para o poder e a mise au pas do sector republicano-conservador do regime cf. Fernando Rosas, *História de Portugal, vol. VII – O Estado Novo (1926/74)*, Lisboa, Estampa, 1994, e em particular o ensaio do mesmo autor *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, 2012.

⁷⁹ O cônsul receia a protecção que José Rodrigues Reboredo possa ter em Madrid, junto dos exilados republicanos, assim como a reacção que esta medida suscitaria nos meios da esquerda espanhola, dado o estatuto de refugiado político, e sobretudo o risco de uma propaganda desfavorável para Portugal na imprensa internacional. MNE, P2 A33 M20, ofício do cônsul em Vigo, de 2 de Março de 1934.

⁸⁰ Jaime Cortesão e Jaime de Morais conseguem escapar à prisão e refugiam-se em França. A intervenção de intelectuais franceses junto do governo francês evita a expulsão de França de Jaime Cortesão. Quanto a Jaime de Morais mantém-se clandestino neste país até finais de 1935, data à qual regressa a Espanha aproveitando o desanuviamiento da situação política interna. Após a prisão dos elementos do republicanismo radical, a direcção da *revolução* passa a ser exercida pelos liberais, cuja chefe militar é o tenente-coronel Ribeiro de Carvalho.

cias que poderiam advir se Reboredo mobilizasse os meios de esquerda, portugueses e espanhóis⁸¹.

No entanto, será com o “caso Turqueza” e as armas descobertas numa praia de San Esteban de Pravia, em Setembro de 1934, cedidas pelos Budas aos socialistas espanhóis para a revolta das Astúrias, que a repressão por parte das autoridades espanholas atingirá gravemente a oposição portuguesa, tolhendo-a na preparação da *revolução*. A esquerda republicana exilada é particularmente atingida pela vaga de detenções que segue o rescaldo da revolta das Astúrias, com a detenção de elementos do grupo dos Budas, nomeadamente Moura Pinto, e dos operacionais ex-tenentes Oliveira Pio e Alexandrino dos Santos⁸². Está longe o tempo em que os anarquistas José Marques da Costa e Joaquim Costa Ribeiro, presos pela polícia em Madrid por suspeita de serem “agitadores comunistas” foram postos em liberdade por nada se ter confirmar⁸³.

O medo reina nos meios do exílio e a opinião pública é agora hostil aos portugueses. Dois quiosques onde se vendiam jornais portugueses são fechados por ordem do *Ayuntamiento* de Madrid, e um terceiro, receando sofrer represálias, cessa a venda. Se bem que a repressão policial atinja os republicanos, abate-se sobretudo sobre os exilados anarco-sindicalistas, que são presos e expulsos para França. O clima vívido na colónia portuguesa é bastante tenso, como o testemunha o comunista José Ramos:

*Aumenta as perseguições aos portugueses. Sexta-feira foram presos quatro portugueses que vão ser expulsos para França (...) Nesta situação de intransigência e de privações é difícil, sobre-humano viver*⁸⁴.

Após Outubro de 1934, o acesso às zonas fronteiriças é rigorosamente interdito pelas autoridades locais. Os exilados que se encontravam em Vigo e La Guardia são obrigados a afastar-se da fronteira, inclusive Bernardino Machado. Se num primeiro tempo a intervenção de Gregório Maraño junto do Ministro da *Gobernación*, Eloy Vaquero Cantillo, tinha conseguido a anulação a ordem de expulsão de Bernardino Machado da

⁸¹ MNE, P3 A1 M461, telegrama do embaixador de Portugal em Madrid, Mello Barreto, para o MNE, de 29 de Fevereiro de 1932.

⁸² Arquivo Bernardino Machado, cx. 132, correspondência de Santos Monteiro para Bernardino Machado, de 6 de Novembro de 1934.

⁸³ Arquivo Bernardino Machado, cx. 132, correspondência de José Ramos para Bernardino Machado, de 14 de Novembro de 1934.

⁸⁴ Arquivo Bernardino Machado, cx. 129, correspondência do ministro da *Gobernación* para Gregório Maraño, de 19 de Dezembro de 1934.

zona fronteiriça⁸⁵, esta tornar-se-á efectiva sob a pressão do embaixador português, que continua a pedir o afastamento do antigo presidente da República. Uma segunda intervenção de Marañon em favor de Bernardino Machado revela-se vã. O Presidente do Conselho, Alejandro Lerroux, promete a Marañon ocupar-se pessoalmente da questão, mas acaba por declarar *tratar-se de assuntos da polícia*, reconhecendo que não está mais em posição para ajudar os republicanos portugueses⁸⁶. A atitude do governo espanhol orienta-se posteriormente para uma postura mais favorável aos exilados portugueses quando em finais de 1935 Portela Valladares assume a Presidência do Conselho, libertando os exilados que se encontravam ainda detidos.

A vitória eleitoral da Frente Popular, em Fevereiro de 1936, reactiva a presença portuguesa na raia e reanima os núcleos de emigrados. O embaixador Ribatãmega solicita o afastamento da fronteira dos exilados portugueses. A questão é abordada em Conselho de Ministros, e o embaixador recebe a informação que a fronteira será interdita aos exilados, reportando para Lisboa que:

*A minha impressão é que devemos permanecer na expectativa e não confiar demasiado em palavras do governo espanhol, aguardando calmamente as suas acções.*⁸⁷

Como era previsível, a revolução anima-se a raia a funcionar como plataforma de acção na retaguarda. No início de Julho, Ribeiro de Carvalho, chefe militar do movimento em preparação, dá ordens aos exilados de se deslocarem para a fronteira, e aguardarem o momento de entrar em Portugal para assumir o comando dos postos que lhes seriam designados. A revolução portuguesa está marcada para 22 de Julho. O *Alzamiento* de 18 de Julho fecha definitivamente a fronteira para a oposição portuguesa.

⁸⁵ *Idem*, correspondência de Afonso Costa para Bernardino Machado, de 21 de Agosto de 1935.

⁸⁶ ANTT, AOS/CO/NE-2B, telegrama da embaixada em Madrid para o MNE, de 26 de Fevereiro de 1936.

⁸⁷ Sobre a mobilização antifascista nas vésperas do 28 de Maio cf. Cristina Clímaco, "Portugal within the European Antifascist Movement", in Hugo Garcia, Mercedes Yusta, Xavier Tabet, Cristina Clímaco (eds), *Rethinking antifascism. History, memory and politics, 1922 to the present*, New-York-Oxford, Berghahn, 2016, pp. 114-132

Conclusão

É na raia que o republicanismo revolucionário se concentra para fomentar o golpe militar que reporia em Portugal o regime parlamentar. As discussões, divergências e rivalidades sobre o modelo do novo regime, liberal ou democrático, vão em grande parte entravar os sucessos revolucionários, para além de ódios e quezílias pessoais e da capacidade de defesa da Ditadura portuguesa. O peso da componente militar no exílio espanhol determina também o modo operatório da oposição, e a canalização da luta para a *revolução*, marginalizando gradualmente a componente política, e empurrando-a para a alimentação de redes de apoio, nomeadamente na Galiza, através de contactos anteriores ao 28 de Maio, em que tomam realce as figuras de Bernardino Machado e de Afonso Costa.

As relações de fronteira, pré-existentes à revolta de Fevereiro de 1927, com particular destaque para as redes do contrabando, servem de suporte ao exílio, quer na ajuda à transposição de linha de demarcação dos oposicionistas perseguidos, quer na introdução em Portugal de material de guerra e de propaganda, quer ainda no estabelecimento da comunicação entre exílio e a oposição do interior. Uma vez no exílio, reactivam-se amizades políticas e ligações intelectuais, com mira na obtenção de apoios exteriores para a continuação da luta contra a Ditadura, na criação de uma imagem positiva junto da opinião pública local de modo a transformá-la em meio de pressão internacional, e estrutura de suporte do desterro.

Iberismo e Maçonaria funcionam como canais de contacto dos exilados com os meios políticos espanhóis, através dos quais se exprime o apoio a uma causa, -nomeadamente ao nacionalismo galego e à restauração da República portuguesa-, se estreitam entre grupos de afinidade política -entre os Budas e os socialistas espanhóis-, e se conjugam forças para lutar contra o “inimigo comum”: a ascensão do fascismo na Península Ibérica. Assim, o iberismo de Bernardino Machado, Jaime Cortesão, Castelao, Villar Ponte, Manuel Azaña, Salvador de Madariaga alimenta o caldo comum do qual sairá o movimento antifascista português. Este, que começara a tomar forma nas vésperas do 28 de Maio, sob a égide de um grupo de intelectuais da *Seara Nova* e da corrente anarco-sindicalista⁸⁸, encontra na Espanha da II República as condições propícias ao seu desabrochar. É,

⁸⁸ Para uma análise renovada da natureza dos movimentos antifascistas cf. Bruno Groppo, «Fascismes, antifascismes et communismes», *Le siècle des communismes*, 2e édition, Paris, Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2004, 739-758; Hugo Garcia, Mercedes Yusta, Xavier Tabet, Cristina Clímaco (eds), *Rethinking antifascism...* op. cit.

por conseguinte, na Península Ibérica que se esboçam as primeiras formas de solidariedade antifascista⁸⁹, prenúncio dos grandes movimentos que tomarão forma na Europa a partir de 1934, e que encontrarão na Espanha da Frente Popular um dos principais palcos.

Por seu turno, a vigilância exercida na raia pelos cônsules portugueses, à luz da nova missão repressiva que lhes é conferida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, leva à identificação dos elementos activos politicamente e à sua catalogação como “elementos perigosos”. Catalogação esta que terá consequências dramáticas após o *Alzamiento* de 18 de Julho de 1936, com a porosidade da raia a facilitar a repressão dos portugueses residentes em Espanha. O caso de Armando de Sousa é exemplificativo de como a porosidade da fronteira e a vigilância exercida pelas autoridades policiais e consulares no período anterior servirão de base à repressão dos militantes lusos durante a guerra civil. Casado com uma cidadã espanhola, Armando de Sousa, residia em Badajoz onde se filiara no partido comunista, e participara activamente nos comícios ao lado do deputado comunista Martínez Cartón. Ferido no início do *Alzamiento*, Armando de Sousa é internado no hospital de Badajoz, que abandona nas vésperas da tomada de cidade para participar na defesa da cidade, integrado no grupo comandado por Martínez Cartón. Este grupo será destruído a norte de Badajoz pelas tropas nacionalistas a 22 de Agosto⁹⁰, numa operação de limpeza das bolsas de resistência. Armando de Sousa procura refúgio em Portugal, sendo detido na fronteira apesar de possuir documentação portuguesa. Dá entrada no forte da Graça, em Elvas, onde é internado conjuntamente com uma centena de espanhóis, sendo posteriormente entregue aos nacionalistas e fuzilado⁹⁰, possivelmente na praça de touros de Badajoz.

⁸⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 23 de Agosto de 1936.

⁹⁰ MNE, P2 A43 M138, Repatriações e socorros diversos (1934-1938), dossier Armando de Sousa.